

DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E OS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS: O CASO DO AÇAÍ NA REGIÃO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE¹

Raimundo Claudio Gomes Maciel²
Débora de Lima Braga Penha³
Pedro Gilberto Cavalcante Filho⁴
Dieime Lopes de Souza⁵
Paulo Alves da Silva⁶
Francinei S. Lima dos Santos⁷

RESUMO: O açaí tem ganhado grande destaque nos mercados nacional e internacional nas últimas décadas. Percebe-se o açaí como um alimento tradicional da população do Estado do Acre, com importância econômica ao contribuir para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado e com importância social, pois, além de ser fonte de alimento para as famílias tradicionais, é também fonte de renda. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a produção de açaí na região de Feijó, especificando o impacto da produção na renda das famílias produtoras. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo no município para a coleta dos dados, utilizando metodologia específica para medição dos indicadores econômicos. Os resultados obtidos mostram que é possível aumentar a produção, bem como a renda dos produtores, a partir da dinamização da cadeia produtiva. O fortalecimento da cadeia promoverá o desenvolvimento rural da região, desenvolvimento da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural, produtos florestais não madeireiros, açaí.

¹Este trabalho foi desenvolvido com a metodologia do Projeto de Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA) da Universidade Federal do Acre (UFAC), sendo coordenado pelo Professor Doutor Raimundo Claudio Gomes Maciel. Além disso, ele é resultado do Diagnóstico Social, Produtivo e Econômico do Açaí Nativo no Município de Feijó, Estado do Acre, realizado pelo SEBRAE (2014) executado no período de dezembro de 2013 a março de 2014. Registrado no CCTC, REA-09/2014.

²Economista, Doutor, Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Acre (UFAC), Coordenador do Projeto ASPF - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Rio Branco, AC, Brasil (e-mail: rcgmaciel@ufac.br).

³Graduanda em Economia pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Pesquisadora do Projeto ASPF - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Rio Branco, AC, Brasil (e-mail: deboradlima@outlook.com).

⁴Graduando em Economia pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Pesquisador do Projeto ASPF - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Rio Branco, AC, Brasil (e-mail: pedro.gilberto@hotmail.com).

⁵Graduanda em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Pesquisadora do Projeto ASPF - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Rio Branco, AC, Brasil (e-mail: dieimelopes@hotmail.com).

⁶Economista, Pesquisador do Projeto ASPF - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Rio Branco, AC, Brasil (e-mail: pauloalvesthd@hotmail.com).

⁷Administrador, Coordenador Geral e Gestor do ASPF, Projeto do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Rio Branco, AC, Brasil (e-mail: francinei@ac.sebrae.com.br).

RURAL DEVELOPMENT, FAMILY FARMING AND NON-WOOD FOREST PRODUCTS: THE CASE OF AÇAÍ IN FEIJO, ACRE STATE, BRAZIL

ABSTRACT: *The açai berry has gained great prominence on both the national and the international markets in recent decades. Perceived as traditional food of Acre state's population, it makes an economic contribution by increasing of the state's GDP and also has a social importance, because besides being a food source for traditional families, it also provides a source of income. The objective of this paper was to analyze the production of açai in the municipality of Feijo, by specifying the impact of this production on the income of producing families. To this end, we collected data through a field survey in this area using a specific methodology for measuring the economic indicators. The results showed that the farmers' production and income can be increased by boosting the supply chain capacity, which will promote the region's rural development, foster family farming and enhance the sustainable development of the Amazon region.*

Key-words: *family farming, rural development, non-wood forest products, acai berry.*

JEL Classification: Q.

1 - INTRODUÇÃO

O açai é um alimento muito tradicional na dieta da população da Amazônia. É encontrado, principalmente, em florestas nativas da região, sendo uma alternativa de renda para a população tradicional. Devido à crescente valorização e demanda pelo fruto na última década, o açai passou a ser responsável por uma grande movimentação na economia, ampliando sua importância tanto no mercado nacional quanto no internacional.

Além do crescimento da demanda nacional, o produto apresentou um forte aumento na demanda também no exterior, graças aos novos hábitos de consumo e às propriedades nutritivas e energéticas do fruto. Esse crescimento gera uma mudança na oferta. O produto, que antes era obtido quase que exclusivamente através do extrativismo, passou a ser obtido por meio de plantios, monocultivos ou em sistemas agroflorestais.

No Estado do Acre, a produção e comercialização de açai têm como principal produtor o município de Feijó, dada a quantidade e qualidade do produto, sendo uma grande concentração do produto nativo, diferindo-se, principalmente, pelo sabor. Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar a produção de açai na região de Feijó e es-

pecificar o impacto da produção de açai na renda das famílias produtoras.

Trabalha-se com a hipótese de dinamização da cadeia produtiva do açai para aumentar a renda dos produtores. Para isso, mensura-se a capacidade de produção atual e estimada das famílias produtoras e a participação da produção de açai na composição da renda das famílias.

Assim, primeiramente é feita uma conceituação teórica sobre agricultura familiar. Posteriormente, discute-se o desenvolvimento rural na Amazônia e sua relação com o papel da cadeia produtiva do açai. Em seguida, é traçado um panorama e uma avaliação da evolução econômica da produção de açai no Brasil e no Estado do Acre através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, apresenta-se a análise dos resultados obtidos dos levantamentos realizados com as famílias da região, procurando fazer a ligação entre a agricultura familiar, o desenvolvimento rural e o papel do açai nesse contexto.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao entrar em discussão o termo agricultura

familiar, encontram-se dificuldades teóricas relativas a esse conceito. Segundo Wanderley (2003), a agricultura familiar ou campesinato possui duas dimensões complementares: historicamente, como uma civilização ou cultura, e como uma forma social de organização da produção.

Segundo Pereira (2010, p. 294):

Atualmente, a definição oficial de agricultura familiar está determinada por legislação específica, a Lei 11.326 de 2006 - a Lei da Agricultura Familiar -, que determina este conceito para qualquer intervenção governamental voltada para esse público. De acordo com a legislação, considera-se agricultor familiar aquele produtor que pratica atividades no meio rural em área não superior a 4 módulos fiscais⁸, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade, tenha renda familiar predominantemente gerada por meio das atividades econômicas do próprio estabelecimento e dirija a propriedade rural com sua família.

Dessa forma, a agricultura familiar possui algumas peculiaridades e características, como: a gestão da unidade é realizada por pessoas que mantêm laços de parentesco, a direção e a maior parte do trabalho é feita por membros da família e os meios de produção pertencem à família, que não dispõe de empregos permanentes (BAYMA, 2003 apud COSTA NETO, 2011, p. 14).

A unidade produtiva familiar diferencia-se da unidade no sistema capitalista devido a alguns aspectos, como não apresentar assalariamento de sua força de trabalho (sendo esse o principal aspecto da produção capitalista), além de não ser dissociada dos meios de produção na produção familiar, como também não existir mais-valia⁹, pois o trabalho empregado não é assalariado (NEVES 1995, BEZERRA, 2000 apud COSTA NETO, 2011, p. 14).

⁸Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei n. 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/64). A norma que regula os direitos e obrigações relativos a imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais.

⁹Apropriação do excedente do trabalho.

Nesse sentido, a produção familiar visa o consumo imediato dos bens produzidos e a satisfação das necessidades de reprodução básicas das famílias. Assim, há a reprodução simples do capital, sem expandir os meios de produção da unidade, diferente da unidade capitalista onde há a reprodução ampliada e busca pela obtenção de rendimentos no mercado.

Segundo Wanderley (1996), a capacidade de organização produtiva camponesa para adaptar-se às transformações da sociedade seria reflexo dos vínculos da produção agrícola familiar com a economia. Assim, faz-se necessária uma adaptação da produção de autoconsumo para uma agricultura que vise à geração de renda e múltiplas culturas. Para isso, é necessário apoio político nessa mudança.

Dessa forma, a agricultura depende de uma mudança do paradigma da modernização como forma de proporcionar um aumento na economia e na renda das famílias, diminuindo o nível de pobreza, garantindo a permanência das famílias no campo e promovendo o desenvolvimento rural. A inserção da agricultura familiar no mercado depende de novas técnicas de cultivo e novas tecnologias, além de condições político-institucionais (MACIEL; CAMPOS, 2011).

Segundo Lima e Wilkinson (2002), no Brasil, cerca de 85% das unidades rurais são de grupos familiares, sendo esse setor o principal responsável por parte da produção de alimentos no país. Na Amazônia, a produção familiar é responsável por grande parte da produção agrícola, do emprego e da renda (RÊGO; COSTA FILHO; BRAGA, 2003).

É comum a utilização de técnicas produtivas¹⁰ usadas pelos países desenvolvidos, sendo elas inapropriadas para as condições ambientais do país. Segundo Graziano Neto (1982, p. 93):

[...] querer reproduzir um modelo de agricultura uti-

¹⁰De acordo com Silva (1981), trata-se de técnicas mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico; e biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

lizado na Europa perto da da linha do Equador é demais. E, infelizmente, é o que está se fazendo. O processo de expansão da agricultura na Amazônia é condenável sob todos os aspectos, mas principalmente pelo fato de não dispormos de uma tecnologia adequada para explorar tal região.

Assim, tem-se na contemporaneidade ecológica mais um elemento para a concepção de agricultura familiar: gerar renda suficiente para manter a família e usar recursos naturais de forma sustentável e adequados às condições ambientais de cada região (MOREIRA, 1997).

Atualmente, o tema da sustentabilidade vem se fortalecendo, de forma que torna-se centro de debates no meio acadêmico. Dessa forma, segundo Assis (2006, p. 81), a abordagem mais adequada ao referido tema é:

O desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiárias, são instrumentos do processo, sendo seu envolvimento fundamental para o alcance do sucesso desejado. Isto se verifica especialmente no que se refere à questão ambiental, na medida em que as populações mais pobres, ao mesmo tempo que são as mais atingidas pela degradação ambiental, em razão do desprovimento de recursos e da falta de informação, são também agentes da degradação.

Por outra via, Veiga (2001) aprofunda o conceito ao desenvolvimento rural, de forma a identificar os entraves para a aplicação no meio rural, afirmando que, no Brasil, faltam articulações intermunicipais que auxiliem no diagnóstico para identificar os problemas rurais, na sistematização do planejamento de desenvolvimento integrado e na captação de novos recursos. Ainda segundo o autor, durante as fases de diagnóstico e planejamento, a ajuda governamental terá mais impacto se envolver uma alocação temporária de recursos humanos com a capacitação necessária. Por exemplo, financiando grupos de pesquisas de universidades e de outros centros de pesquisa para auxiliarem as articulações intermunicipais.

Além disso, o autor salienta que o papel dos governos federais e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial (VEIGA, 2001, p. 111).

3 - DESENVOLVIMENTO RURAL E REFORMA AGRÁRIA

Ao analisar a expansão da agricultura familiar brasileira, percebe-se que a constituição da estrutura agrícola é baseada no latifúndio¹¹ e no trabalho escravo, com a produção voltada para o mercado externo¹². Esse setor sempre foi subordinado às forças capitalistas no campo, excluído e marginalizado no cenário político-econômico do país (STEDILE, 2005).

O problema agrário do Brasil é uma herança do período colonial, com a Coroa Portuguesa, precisamente em 1530, criando as capitânicas hereditárias e sesmarias¹³. Através dessa política de aquisição de terras, inicia-se o processo de concentração de terras e a criação de latifúndios, uma vez que na maior parte das extensas propriedades havia baixíssima ou nenhuma produção (INCRA, 2011).

Em 1822, com a Independência do País, o problema agravou-se de forma que a troca de donos das terras ocorreu sob a lei do mais, em meio a grande violência entre proprietários das terras e

¹¹De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros e ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares. Esse número corresponde a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, o que apresenta uma estrutura agrária concentrada no país, onde os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

¹²Segundo Stedile (2005), esse modelo produtivo é introduzido desde o período colonial do Brasil, de forma que os latifúndios especializavam-se na produção de um único produto, como a cana-de-açúcar, cacau, algodão, café, etc.

¹³Sistema que consistia na distribuição de terras para quem se dispusesse a cultivá-las e, em troca, dava-se um sexto do total produzido para a Coroa Portuguesa.

grileiros apoiados por bandos armados. Em 1850, na tentativa de ordenar o meio rural, o Império cria a Lei de Terras, garantindo que as terras devolvidas se tornassem propriedades do Estado e fossem negociadas somente através de leilões, reforçando o poder dos latifundiários, uma vez que eram os detentores do capital (INCRA, 2011).

Em resposta a essa situação caótica no meio rural, ocasionada pela distribuição de terra desigual, surgem as Ligas Camponesas por volta da década de 1940, que lutavam pela reforma agrária no país. No entanto, perderam espaço depois do Golpe Militar, condicionando à queda de João Goulart em 1964 (INCRA, 2011).

A questão agrária brasileira apresenta grandes problemas novamente a partir da década de 1970, com o governo militar implantando as políticas desenvolvimentistas. Para Navarro (2001), o processo de desenvolvimento rural nesse período foi caracterizado pela introdução de tecnologias na agricultura e obtenção de insumos modernos para o aumento da produtividade, garantindo a ampliação da renda e, principalmente, a concentração de terras.

Guanziroli et al. (2001) afirmam que as políticas de reforma agrária implantadas pelo governo militar obtiveram complicações, especialmente no que diz respeito à tentativa de amenizar os conflitos sociais gerados pela condução do processo de modernização conservadora.

A modernização da agricultura brasileira trouxe vários resultados negativos, como a exclusão social, o êxodo rural e a degradação do meio ambiente, uma vez que o uso da terra ocorreu de forma extensiva, em especial, a prática da pecuária. Nesse processo, houve a valorização do grande capital em detrimento da produção familiar rural. Além disso, houve substituição de mão de obra humana por máquinas. Deu-se pouca importância para os principais componentes da questão agrária: as relações sociais no campo e a estrutura fundiária (SANTOS, 2001).

Na Amazônia, e principalmente no Estado do Acre, a modernização da agricultura resultou na expulsão de famílias de seringueiros pelos grandes fazendeiros. Isso gerou a necessidade de uma políti-

ca de reforma agrária que resolvesse a questão. Dessa forma, a partir da segunda metade dos anos 1970, foram instalados os primeiros projetos de assentamento no Acre pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na tentativa de reparar os danos sociais, econômicos e ambientais com as políticas desenvolvimentistas (MACIEL, 2003; BATTISTA, 2004; SOUZA, 2008).

Dessa forma, a partir da primeira metade dos anos 1990, começa no Brasil o processo de fortalecimento da agricultura familiar para tentar solucionar os problemas causados a essa população com a implantação das políticas desenvolvimentistas. Foram criadas políticas visando a melhoria desse setor no país com os programas de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esses programas, além fomentar a agricultura, estimularam novas frentes de ocupação da Amazônia.

Por outro lado, mesmo com tais incentivos, a agricultura familiar ainda encontra imensas dificuldades de reprodução, devido às questões ainda não encaminhadas adequadamente, como a falta de assistência técnica, créditos insuficientes e infraestrutura de ramais e estradas para a escoação da produção. Percebe-se que esse público depende de uma mudança do paradigma de modernização da agricultura, partindo, assim, em busca de um novo paradigma do desenvolvimento rural, ajustado à realidade de cada região (MACIEL, 2010).

4 - AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA E O PAPEL DO AÇAÍ

A região Norte do Brasil possui um caráter singular, conferido justamente por abrigar a Floresta Amazônica - a maior floresta tropical do planeta, com grande diversidade de recursos minerais, naturais e uma biodiversidade que até hoje não foi mensurada pelo homem. Assim, a Amazônia se apresenta como

uma página a se escrever dentro do país.

A grande questão da região é como promover o desenvolvimento econômico, a industrialização, a geração de renda, a qualidade de vida e o bem-estar do homem da Amazônia sem destruir o meio ambiente. Dessa forma, entra em debate o conceito de desenvolvimento sustentável como alternativa para aliar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Segundo o relatório Brundtland (CMMAD, 1991, p. 430), desenvolvimento sustentável é:

Aquele que satisfaz as necessidades atuais sem sacrificar a habilidade do futuro de satisfazer as suas. O que fomenta a busca de integração sistêmica entre diferentes níveis de vida social, entre a exploração dos recursos ambientais, a tecnologia em mudança social.

Os primeiros ciclos econômicos da região amazônica foram baseados no extrativismo tradicional vegetal e da madeira. Esse modelo econômico de exploração se mostrou de certa forma ineficaz, pois a exploração predatória da madeira agravou o desmatamento. Os produtos oriundos do extrativismo vegetal possuíam baixo valor agregado, o que não gerava renda suficiente para as famílias, fazendo com que elas recorressem a alternativas produtivas, como a abertura de pastagens na floresta para a criação de bovinos.

Atualmente, tem crescido a demanda pelos produtos florestais não madeireiros (extraídos da floresta) por parte de empresas de alimentos, cosméticos, fármacos e empresas de biotecnologia. Essas empresas exploram o *marketing* ao associar esses produtos à preservação do meio ambiente. Apesar disso, é necessário que haja uma mudança na forma como as populações tradicionais lidam com os produtos para que possam atender a demanda voltada para produção e industrialização.

Devido aos aspectos geográficos, históricos e culturais, são poucas as cadeias produtivas na região que realmente conseguem se consolidar e atender ao mercado. Segundo Maciel (2007), é a baixa organização da cadeia produtiva que dificulta a ampliação do mercado de produtos florestais não madeireiros e isso repercute em baixa qualidade e volume comercializados. Isso muitas vezes acontece devido aos

costumes tradicionais da população, à presença de atravessadores, falta de técnicas e tecnologias adequadas, distância dos mercados consumidores, dificuldade de escoamento da produção, entre outros.

O açaí é um dos produtos florestais não madeireiros com grande importância devido às suas diversas aplicações¹⁴. A demanda de açaí vem crescendo no país e também no exterior graças aos novos hábitos de consumo e também pelas propriedades nutritivas e energéticas do fruto. O aumento da demanda gera uma mudança na oferta. O produto, que antes era obtido quase que exclusivamente através do extrativismo, passou a ser obtido por meio de plantios, monocultivos ou em sistemas agroflorestais. Assim, o fruto possui importância socioeconômica, uma vez que se tornou fonte de emprego e renda e tem importância ambiental, tendo em vista que pode ser obtido através de um sistema ecologicamente sustentável.

5 - METODOLOGIA

5.1 - Objeto de Estudo

Este trabalho tem como objeto de estudo as famílias produtoras de açaí no município de Feijó, analisando como a dinamização da produção do fruto impactará na geração de renda dessas famílias no município.

Segundo números do Estado do Acre (2013), a população do município é de 32.412 mil habitantes, com 15.112 mil habitantes residindo no meio rural, ou seja, 49% da população está situada no meio rural, tendo como as principais atividades produtivas rurais os sistemas agroflorestal, agropecuário e extrativista.

5.2 - Área de Estudo

Feijó é um dos 22 municípios do Estado do

¹⁴De acordo com Silva (2011), da palmácea de onde se origina o açaí, além dos frutos, aproveitam-se a estipe para a extração do palmito; as folhas na confecção de utensílios domésticos; o caule na construção civil; e as raízes com a produção de vermífugos.

Acre. Está localizado na mesorregião do Vale do Juruá, sendo o maior município do Acre em extensão territorial, com 27.974,890 de km², e ocupando 17% do total da área do Estado, segundo o IBGE (Figura 1).

5.3 - Coleta de Dados

Para o levantamento de dados primários, foram aplicados questionários específicos¹⁵ durante entrevistas coletivas e individuais, para a coleta das informações quantitativas e qualitativas no setor produtivo do açaí na região de Feijó, Estado do Acre. O setor produtivo pesquisado compreende quatro localidades: Projeto de Assentamento (PA) Berlim-Recreio, BR-364, Alto Envira e Rio Jurupari.

Para a análise dos dados levantados em campo, foi utilizada a metodologia do Projeto de Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre, denominado ASPF (2012), desenvolvido pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre desde 1996, o qual trabalha em áreas representativas da realidade socioeconômica do meio rural acreano e adota como período de coleta de dados o calendário agrícola, que, por determinação, inicia-se em abril e conclui-se em maio do ano seguinte.

A coleta de dados prevista inicialmente foi operacionalizada, tendo em vista o prazo de execução, por intermédio da identificação das áreas representativas da região de estudo, definidas em reunião preparatória realizada entre o Instituto Impacto e a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), totalizando 250 famílias, conforme segue:

1) PA Berlim-Recreio: Associação Nova Vida (50

famílias).

2) BR-364 - Feijó/Rio Branco:

a. Igarapé Massipira - Associação dos Moradores do Seringal Vista Alegre e BR 364 (AMSVABR), km 29 (30 famílias);

b. Igarapé Maracaju - Açaizal, km 50, e Associação Nova União, km 57 (45 famílias);

c. Igarapé Juriti - Associação 2J (15 famílias);

d. Rio Jurupari - Associação Parque das Ciganas (15 famílias);

3) Baixo Rio Envira - Associações Boa Esperança, São Domingos e Juá (30 famílias);

4) Rio Jurupari - Associações Humaitá, Tracoa e Pacatuba (25 famílias);

5) Alto Rio Envira - Seringal Benfica até o Curralinho (40 famílias).

Vale destacar que o termo de referência da coleta de dados definia como áreas representativas a BR-364, sentido Feijó-Tarauacá, e o rio Paraná do Ouro. Entretanto, na primeira reunião preparatória do diagnóstico verificou-se que tais áreas não eram representativas para o desenvolvimento do estudo, ou seja, não eram representativas como áreas potenciais de produção, sendo substituídas por Rio Jurupari e Baixo Envira, principalmente por serem referência de produção de açaí de várzea (baixios).

As entrevistas foram realizadas mediante reuniões com as comunidades envolvidas no levantamento: foram necessárias entrevistas individuais nas propriedades dos principais produtores que não participaram das reuniões. As previsões iniciais de amostragem foram ajustadas tanto nas reuniões quanto em conversas com os líderes locais para melhor adequação dos levantamentos, conforme a tabela 1.

5.4 - Parâmetros de Avaliação

Para alcançar os objetivos da pesquisa, buscou-se trabalhar a metodologia a partir de indicadores e índices socioeconômicos que levem em consideração as particularidades da região de estudo e sirvam como parâmetros de atuação para um efetivo desenvolvimento socioeconômico sustentável.

¹⁵As informações coletadas buscaram contemplar, especificamente entre os produtores familiares que exercem a atividade extrativista de açaí no município, aspectos sociais, voltados para verificar as características da população, como o grau de escolaridade, condições ambientais de acesso à água e esgoto; econômicos, voltados para diagnosticar os principais produtos, além do açaí, geradores de renda entre a comunidade; e produtivos, voltados para identificar a sazonalidade e potencial produtivo de açaí na região.

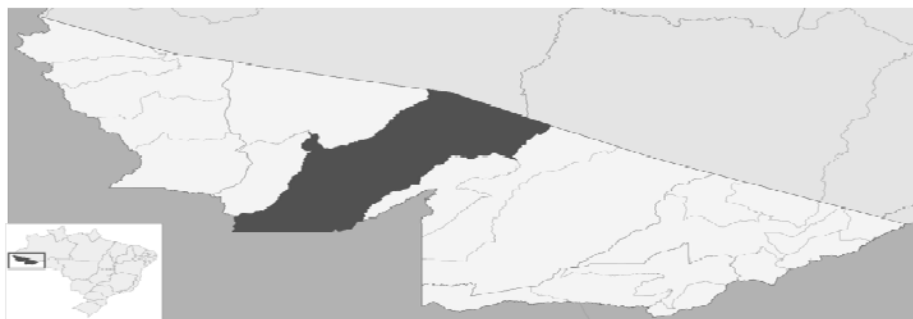


Figura 1 - Localização do Município de Feijó, Estado do Acre.
Fonte: Acre (2013).

Os principais indicadores econômicos são sucintamente descritos a seguir:

1) Resultado Bruto

- Renda Bruta (RB) - indicador de escala de produção. Definida pela seguinte fórmula:

$$RB = Qm \cdot Pp$$

Sendo,

Qm = Quantidade do Produto Destinada ao Mercado;

Pp = Preço Unitário ao Produtor.

2) Resultados Líquidos

- Renda Líquida (RL) - excedente apropriado. Definida pela seguinte fórmula:

$$RL = RB - DE$$

Sendo:

RL = Renda Líquida;

RB = Renda Bruta;

DE = Despesas Efetivas.

- 3) Índice de Eficiência Econômica (IEE) - indicador de benefício/custo. É definido pela seguinte fórmula:

$$IEE = \frac{RB}{CT}$$

Sendo:

RB = Renda Bruta;

CT = Custos Totais.

$IEE > 1$, a situação é de lucro.

$IEE < 1$, a situação é de prejuízo.

$IEE = 1$, a situação é de equilíbrio.

6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 - Panorama e Avaliação da Evolução Econômica da Produção de Açaí no Brasil e no Estado do Acre

A partir da análise dos dados apresentados pelo IBGE ao longo do período de 2000 a 2012, traçou-se um panorama e uma avaliação geral da produção e da evolução econômica do açaí no Brasil, no Estado do Acre, e em seus municípios.

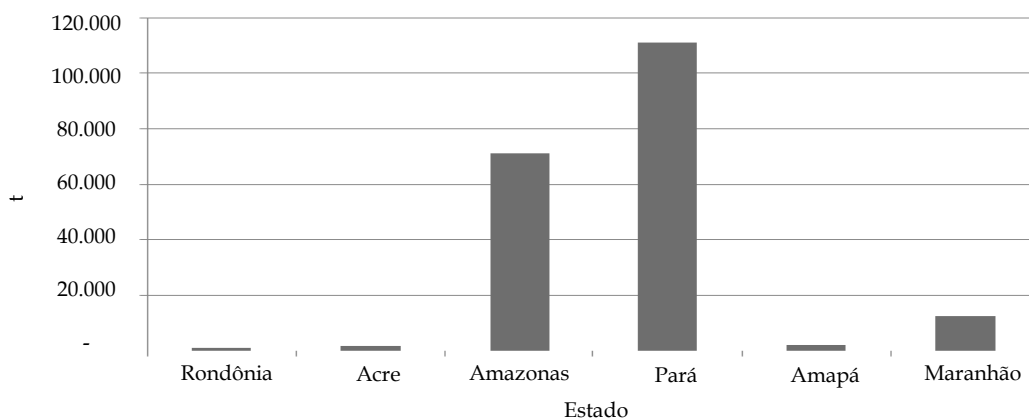
A produção brasileira de açaí se concentra majoritariamente nos estados do norte do país. Ela acontece de forma expressiva nos Estados do Maranhão, Amapá, Pará, Amazonas, Acre e de Rondônia. De forma geral, é o Estado do Pará que concentra a maior produção, com 56% da produção brasileira. Em 2012, a produção do estado foi de 110.937 toneladas. Em segundo lugar está o Estado do Amazonas, com 36% da produção, depois o Estado do Maranhão, com 6%, seguidos dos Estados de Rondônia, Amapá e Acre, com apenas 1% da produção. O Estado do Acre, em 2012, apresentou uma produção de 1.620 toneladas (Figura 2).

Ao tratar da quantidade produzida de açaí no Brasil, de 2000 a 2012, nota-se um crescimento de aproximadamente 64% no período, com algumas variações significativas: de 2000 a 2003 a produção aumentou em 19%; queda de 3% entre 2003 e 2004; forte crescimento entre 2004 e 2008, em torno de 120%; leve queda de 4% entre 2008 e 2009, talvez devido aos efeitos da crise internacional; e novo forte crescimento no período recente (2009 a 2012), em 160%, evidenciando o potencial dessa cadeia produtiva (Figura 3).

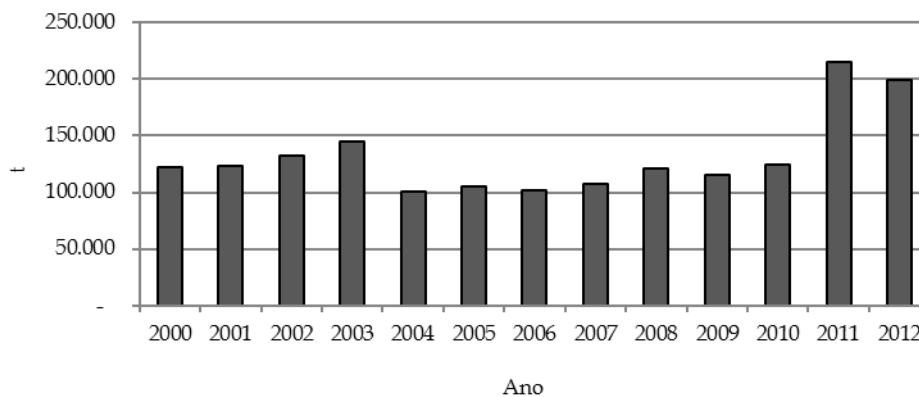
Tabela 1 - Quantidade de Famílias Entrevistadas por Localidade, Município de Feijó, Estado do Acre, 2014

Local	Associação	N. famílias		%
		Previstas	Visitadas	
PA Berlim-Recreio	Nova Vida	50	40	80
Igarapé Massipira	Vista Alegre	30	37	123
Igarapé Maracaju	Açaizal/Nova União	45	49	109
Igarapé Juriti	2J	15	16	107
Rio Jurupari	Parque das Ciganas	15	19	127
Baixo Rio Envira	Boa Esperança/São Domingos/Juá	30	33	110
Rio Jurupari	Humaitá/Tracoá/Pacatuba	25	40	160
Alto Rio Envira	Seringal Benfica	40	13	33
Subtotal		95	86	91
Total		250	247	99

Fonte: Dados da pesquisa.

**Figura 2** - Quantidade Produzida de Açaí, Região Norte do Brasil, por Estado, 2012.

Fonte: IBGE (2009).

**Figura 3** - Quantidade Produzida de Açaí, Brasil, 2000 a 2012.

Fonte: IBGE (2009).

Em relação ao valor total obtido na produção, houve uma grande valorização do produto no período referido, com crescimento superior aos 560%. Comparando as quantidades produzidas com os valores da produção, nota-se que o valor continuou a subir mesmo nos anos em que houve um decréscimo na produção. Isso mostra que o preço do produto no mercado manteve-se em crescimento (Figura 4).

Numa perspectiva estadual, é importante situar a participação do açaí no Produto Interno Bruto (PIB) acreano. Segundo o IBGE, a produção anual, em 2012, foi de aproximadamente R\$419.900,00, representando 0,01% do PIB do estado.

As figuras 5 e 6 são referentes a quantidades e valores produzidos no Acre. Os resultados indicam claramente uma significativa valorização do açaí no mercado acreano, principalmente do lado da demanda, considerando os preços pagos. Isto porque enquanto a quantidade tem crescimento em torno de 276%, para o período de 2000 a 2012, a valorização do produto cresceu quase dez vezes mais. Mesmo no período recente (2007 a 2012), com certa resposta dos produtores à demanda, o processo de valorização continuou na mesma proporção de todo o período.

Partindo para a análise da produção nos municípios do estado, as figuras 7 e 8 mostram a distribuição da produção de açaí por municípios. O município de Feijó é o maior produtor de açaí do estado, sendo responsável por 37% da produção do Acre, em torno de 600 t/ano. Plácido de Castro e Rio Branco são o segundo e terceiro maiores produtores de açaí do estado, porém, ainda distantes do primeiro lugar, uma vez que a produção de ambos representa apenas 26% e 20%, respectivamente, da produção de Feijó.

A figura 9 apresenta a relação entre preço e quantidade produzida por município acreano. O preço médio no Acre, em 2012, foi de R\$0,80. No município de Feijó, o preço médio foi de R\$0,90. Vale salientar que a variação no preço entre os municípios está estreitamente vinculada à escassez da oferta do produto.

O panorama da produção de açaí mostra que esta é uma produção típica da região Norte. As por-

centagens indicam o grande crescimento da quantidade produzida no período de 2000 a 2012 tanto no Brasil quanto no Estado do Acre, além da grande valorização do produto (com crescimento de cerca de 560% no país). Assim, os números comprovam o grande potencial dessa cadeia produtiva.

6.2 - Avaliação Socioeconômica da Produção Familiar de Açaí na Região de Feijó, Estado do Acre

Em termos nacionais, o açaí não é um produto da alimentação básica do brasileiro. Porém, através da análise da evolução do crescimento da quantidade produzida e da valorização do fruto nos últimos anos, nota-se que é cada vez mais crescente a sua demanda. Isso mostra que ele está entrando cada vez mais nos hábitos de consumo em todas as regiões do país. Apesar disso, em âmbito nacional, o açaí não é o motor propulsor da agricultura e nem da economia. No entanto, na região Norte, no Estado do Acre e mais especificamente na cidade de Feijó, ele é o responsável pela movimentação de grande parte da economia, além de ser gerador de renda e emprego.

Por meio da pesquisa realizada com as famílias produtoras de açaí, realizou-se um levantamento de dados que permitiu fazer uma avaliação socioeconômica da produção familiar de açaí na região de Feijó, referente ao período de 2013, constatando-se a importância deste produto para a geração de renda das famílias e para a economia regional.

A pesquisa levou em conta quatro localidades do município: BR-364, Baixo Rio Envira/Rio Jurupari, Alto Rio Envira e Berlim-Recreio. A distribuição mensal da quantidade produzida no município mostra que o período com maior produção é entre fevereiro e julho. A quantidade total produzida em um ano é de aproximadamente 60.000 latas (Figura 10).

A tabela 2 apresenta a densidade média de plantas adultas por hectare e a produção por hectare. Assim, observa-se que, em Berlim-Recreio, a densidade de pés por hectare e a produção são maiores do que nas outras localidades, sendo estas 14,13 pés/ha

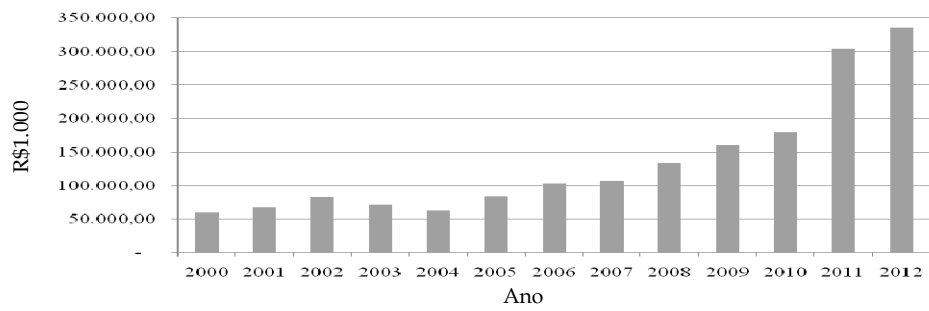


Figura 4 - Valor da Produção de Açaí, Brasil, 2000 a 2012.
Fonte: IBGE (2009).

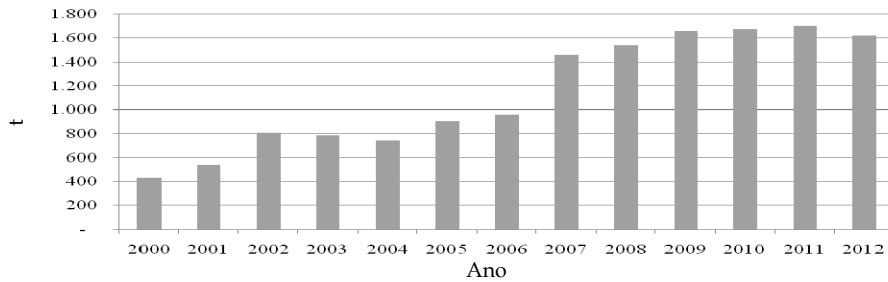


Figura 5 - Quantidade Produzida de Açaí, Estado do Acre, 2000 a 2012.
Fonte: IBGE (2009).

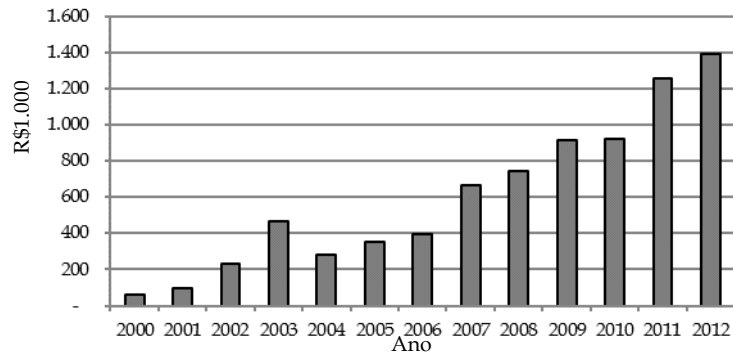


Figura 6 - Valor da Produção de Açaí, Estado do Acre, 2000 a 2012.
Fonte: IBGE (2009).

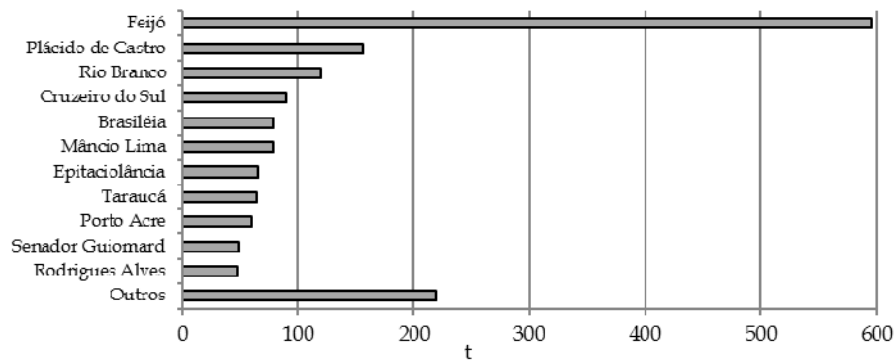


Figura 7 - Quantidade Produzida de Açaí por Município, Estado do Acre, 2012.
Fonte: IBGE (2009).

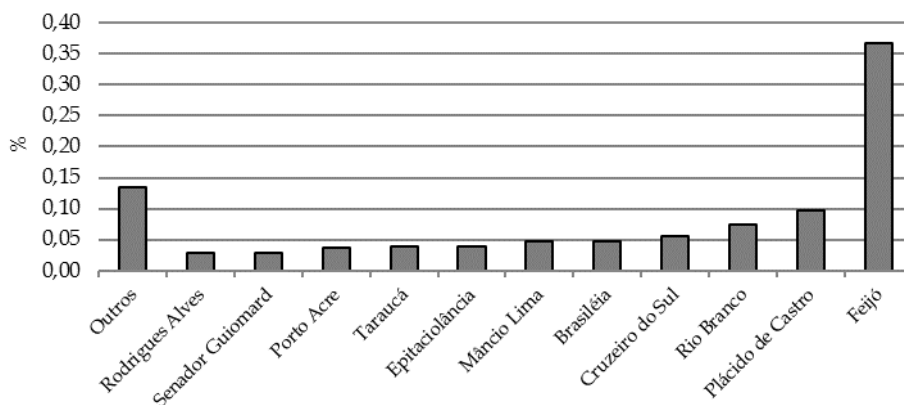


Figura 8 - Principais Municípios Produtores de Açaí, Estado do Acre, 2012.
Fonte: IBGE (2009).

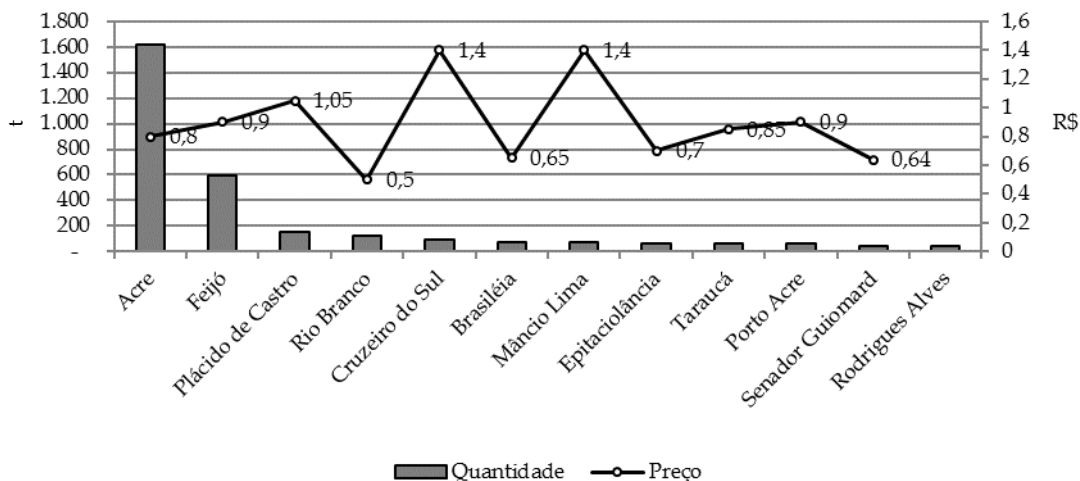


Figura 9 - Preço e Quantidade Produzida de Açaí por Município, Estado do Acre, 2012.
Fonte: IBGE (2009).

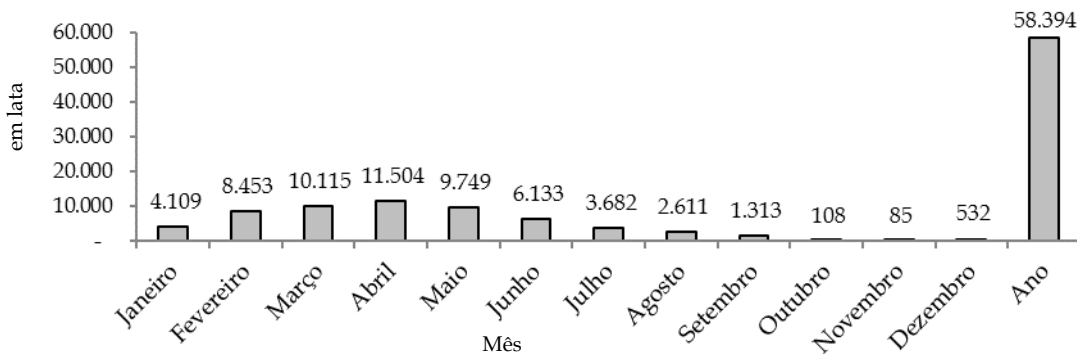


Figura 10 - Distribuição Mensal da Quantidade Total Produzida de Açaí, Município de Feijó, Estado do Acre, 2013.
Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 - Tamanho Médio dos Lotes Produtores de Açaí, Densidade de Indivíduos e Produção, Município de Feijó, Estado do Acre, 2013

	Berlim-Recreio	BR-364	Rio Jurupari	Alto Envira	Total
Tamanho médio do lote/localidade (ha)	42,65	139,35	152,33	139,7	118,51
Plantas adultas por hectare (pés/ha)	14,13	6,33	6,3	4,05	6,33
Produção por hectare (lata ¹ /ha)	5,26	2,65	3,6	1,24	2,87

¹Uma lata de fruto do açaí equivale a 14 kg.

Fonte: Dados da pesquisa.

e 5,26 latas/ha, respectivamente, representando o dobro da média da região estudada e os menores lotes disponíveis aos produtores.

Um aspecto importante desenvolvido na pesquisa, com base na amostragem realizada, foi a identificação do potencial de produtores que poderiam fornecer açaí regularmente para o mercado da região. Dessa forma, a figura 11 apresenta a distribuição dos produtores que poderiam ser a base de plano logístico para a oferta do açaí nativo da região. Portanto, a partir das informações coletadas, identificou-se que o número de produtores da região que comercializam o açaí poderia chegar em aproximadamente 521 famílias, com destaque para a BR-364. Assim, o número de produtores dobraria, evidenciando o grande potencial produtivo da região, além do papel do açaí como gerador de renda para as famílias.

A análise produtiva mostra a capacidade produtiva atual e estimada (Tabela 3). Na referida região, a capacidade produtiva atual é de 1.188,85 toneladas, enquanto a capacidade produtiva estimada é de 3.138,91 toneladas. A capacidade estimada foi calculada multiplicando-se o número de plantas pela média de cachos por planta. Dessa forma, percebe-se a grande capacidade de produção que não é explorada pelos produtores. Os dados de capacidade produtiva estimada comprovam a hipótese do artigo, de que é possível aumentar a produção e, como consequência, a renda dos produtores a partir da dinamização da cadeia produtiva. Ressalta-se, ainda, que o volume de produção em 2013 foi quase o dobro da produção informada pelo IBGE em 2012.

A análise dos preços na região mostra o preço mínimo, médio e máximo pago por quilograma de açaí ao produtor (Figura 12). Nota-se que o preço médio gira em torno de R\$1,05, no período de safra

(fevereiro a julho), e esse preço tende a subir no período de entressafra (setembro a dezembro), chegando a R\$1,46 no mês de novembro. O mês de outubro é quando o preço mínimo, máximo e médio são iguais, cerca de R\$1,28. A média de preço em 12 meses foi cerca de R\$1,33. Segundo dados do IBGE (Figura 8), o preço médio por quilograma no Acre era de R\$0,80 e no município de Feijó de R\$0,86. Com a correção monetária, esse preço passaria para R\$0,87, em Feijó, e R\$0,81 no Acre, ou seja, valores bem inferiores ao constatado na pesquisa.

De acordo com a tabela 4, o açaí é o principal produto gerador de renda bruta para as famílias rurais da região de Feijó, com cerca de 31% da renda bruta total. Assim, o açaí cumpre um papel social ao compor grande parte da renda bruta das famílias produtoras. O possível aumento da produção e da demanda do fruto geraria um aumento na renda das famílias e, como consequência, uma melhoria na qualidade de vida das famílias rurais.

De acordo com a tabela 5, a renda bruta mediana das famílias pesquisadas na região de Feijó, gira em torno de R\$479,17 - 31% proveniente do açaí; ou seja, um valor que representa apenas 66% do salário mínimo (SM) mensal vigente em 2014. Não obstante, se os produtores conseguirem comercializar sua produção total estimada de açaí, a renda bruta a ser auferida praticamente se iguala ao SM, com o açaí responsável por mais da metade da renda das unidades produtivas familiares.

Conforme a tabela 6, os indicadores econômicos do açaí são amplamente favoráveis para comercialização. A relação custo-benefício indica que para cada real investido na produção o produtor recebe, em média, R\$6,82, sendo que a região com melhor Índice de Eficiência Econômica (IEE)

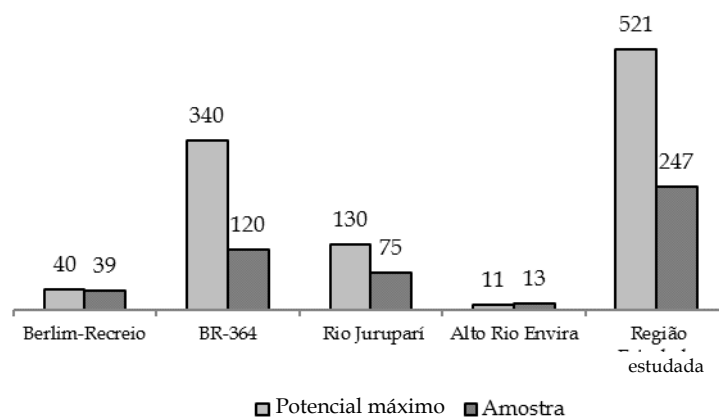


Figura 11 - Famílias que Vendem Açaí Localmente e Potencial de Expansão dos Produtores, Município de Feijó, Estado do Acre, 2014.
Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3 - Capacidade Produtiva Atual e Estimada do Açaí por Localidade, Município de Feijó, Estado do Acre, 2014

Item	Berlim-Recreio ¹	BR-364 ¹	Rio Jurupari ¹	Alto Envira ¹	Total ¹	Total ²
Média de cacho	2,33	2,4	2,46	2,14		
Rendimento de lata/cacho	1,17	1,2	1,23	1,07		
Plantas que frutificam	13.860	104.980	55.630	13.000	187.470	
Capacidade produtiva atual	5.164 ¹	43.929 ¹	31.845 ¹	3.980 ¹	84.918 ¹	1.188,85
Capacidade produtiva estimada	16.170 ¹	125.820 ¹	68.289 ¹	13.929 ¹	224.208 ¹	3.138,91

¹Valores totais dados em latas. Uma lata possui 14 kg.

²Valores totais dado em toneladas.

Fonte: Dados da pesquisa.

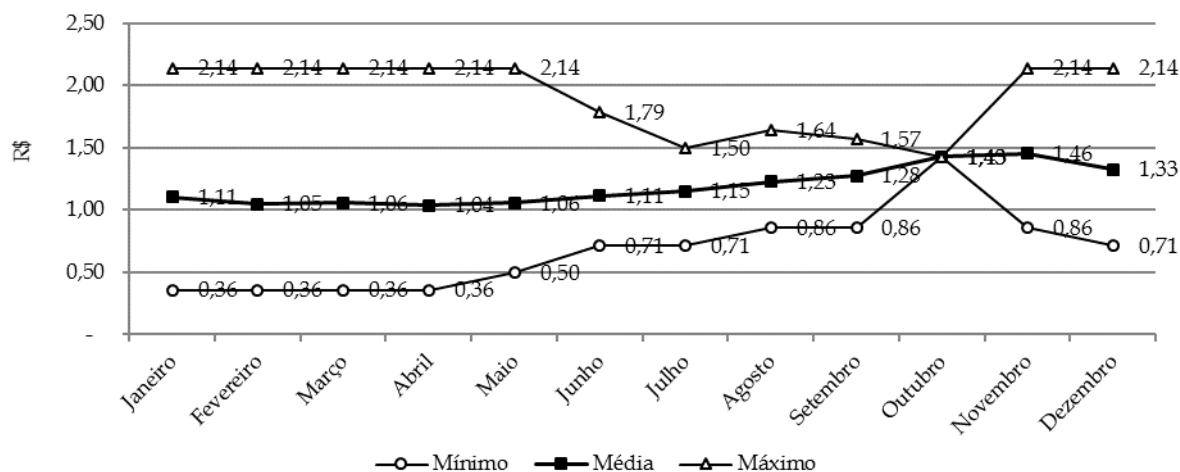


Figura 12 - Preço Mínimo, Máximo e Médio Pago por Quilograma de Açaí ao Produtor, Município de Feijó, Estado do Acre, 2013.
Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4 - Geração de Renda Bruta por Tipo de Atividade Produtiva e Localidade no Município de Feijó, Estado do Acre, 2013

(em %)

Cultura/criação	Localidade				
	Feijó	Rio Jurupari	BR-364	Berlim-Recreio	Alto Envira
Açaí	31	31	41	11	10
Criação de peixes	20	8	10	59	0
Criação de bois/leite/queijo	18	9	20	15	43
Farinha de mandioca	13	32	8	7	5
Outros	19	20	21	8	41

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 - Renda Bruta Total por Localidade e por Unidade Produtiva Familiar¹, Município de Feijó, Estado do Acre, 2013

(em R\$/mês)

Área	Renda bruta/UPF		Renda bruta/UPF ²	
	Total	Açaí	Total	Açaí
BR-364	458,33	187,79	766,3	495,75
Rio Jurupari	545	171,59	826,41	453
Alto Envira	166,67	17,06	194,65	45,04
Berlim-Recreio	713,75	77,17	840,3	203,72
Feijó	479,17	147,97	721,84	390,65

¹UPF - Unidade de Produção Familiar; valores medianos.

²Renda bruta estimada a partir da capacidade potencial

Fonte: Dados da pesquisa.

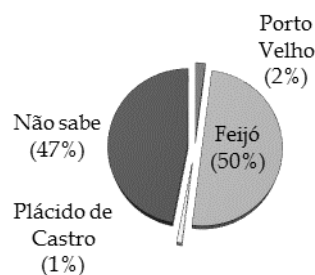
Tabela 6 - Indicadores Econômicos do Açaí para o Município de Feijó, Estado do Acre, 2014

Área	Quantidade vendida (kg)	Preço (R\$)	Renda bruta (R\$)	Custo total (R\$)	Custo unitário (R\$)	Renda líquida (R\$)	IEE
BR-364	1.408,50	1,42	2.000,00	226,09	0,16	1.773,91	8,85
Jurupari	1.408,50	1,42	2.000,00	170,38	0,12	1.963,39	11,74
Alto Envira	422,5	1,42	600	233,16	0,55	536,88	2,57
Berlim-Recreio	845,1	1,42	1.200,00	249,99	0,3	1.133,96	4,8
Feijó	1.126,80	1,42	1.600,00	229,63	0,23	1.453,93	6,82

Fonte: Dados da pesquisa.

foi Rio Jurupari, com 11,74. Assim, a produção de açaí apresenta um alto desempenho e alta viabilidade.

Do ponto de vista da comercialização, a figura 13 expõe que os principais compradores de açaí são de Feijó (50%). Porém, 47% dos produtores não sabem para onde o produto é vendido, sendo necessário, portanto, um levantamento acurado sobre o mercado do produto tanto na região quanto fora dela.

**Figura 13** - Compradores da Polpa de Açaí na Região do Município de Feijó, Estado do Acre, 2014.

Fonte: Dados da pesquisa.

7 - CONCLUSÃO

Diante do crescente destaque do açaí no mercado nacional e internacional nas últimas décadas, tornam-se cada vez mais comuns ações que buscam conhecer o processo produtivo desse produto. Este trabalho objetivou fornecer uma análise social, produtiva e econômica da produção de açaí e especificar o impacto da produção do açaí na renda das famílias produtoras no município de Feijó.

Destarte, percebe-se o açaí como um alimento tradicional da população do estado, com grande importância cultural ao contribuir para a identidade do povo do Acre, com importância econômica ao contribuir para o aumento do PIB do estado e com importância social, pois além de fonte de alimento para as famílias tradicionais é também fonte de renda e emprego.

Este artigo mostrou, por meio de dados do IBGE, o crescimento da produção no estado, além da grande valorização da produção na última década. Além disso, evidenciou o potencial da região de Feijó como produtora de açaí, bem como as perspectivas de crescimento da produção na região.

A capacidade produtiva estimada, o número de potenciais produtores, a composição da produção de açaí na renda bruta das famílias (cerca de 31%) e os indicadores econômicos comprovam a hipótese do artigo de que é possível aumentar a produção e, como consequência, a renda dos produtores a partir da dinamização da cadeia produtiva.

O fortalecimento da cadeia deverá promover o desenvolvimento rural e o desenvolvimento da agricultura familiar na região, contribuindo para o aumento do valor agregado do produto e para geração de renda, melhorando a qualidade de vida e promovendo o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Torna-se primordial o incentivo ao aprofundamento de outras pesquisas e iniciativas e políticas públicas adequadas que possam fortalecer a cadeia produtiva do açaí através de ações efetivas, como a racionalização da produção. Um plano de negócios para a agroindustrialização do produto e seus deri-

vados deve ser pauta imediata, pois, além da oferta, deve-se conhecer a demanda, concorrentes, consumidores, etc. O fortalecimento da cadeia produtiva do açaí pode fazer o produto deixar de ser potencial e se tornar realidade presente em todo o Estado do Acre.

LITERATURA CITADA

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em números**: 2013. Rio Branco: SEPLAN, 2013.

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL DO ESTADO DO ACRE - ASPF. **Análise socioeconômica de sistemas básicos de produção familiar rural no Estado Acre**. Rio Branco: ASPF, 2012. Disponível em: <<http://aspf.wordpress.com/>>. Acesso em: ago. 2014. (Projeto de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre).

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p.75-89, jan./mar., 2006.

BATISTA, G. E. de A. **Alternativas de desenvolvimento sustentável**: o caso da RESEX Chico Mendes e das ilhas de alta produtividade. 2004. 93 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Economia) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSTA NETO, H. B. **Viabilidade econômica da produção de farinha de mandioca, do Ramal Paraná do Pentecostes, do Vale do Juruá, no período de 2000/2001 e 2006/2007**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Economia) - Universidade Federal do Acre, Acre, 2011.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982. 154 p.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

- INCRA. **Histórico da questão agrária**. Brasília: INCRA, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria_historia>. Acesso em: 23 ago. 2014.
- LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. 400 p.
- MACIEL, R. C. G.; CAMPOS, K. P. da C. Agricultura familiar no Acre: considerações a partir do censo agropecuário 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SOBER, 2011.
- _____. **Certificação ambiental: uma estratégia para a conservação da floresta amazônica**. 2007. 175 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- _____. (Coord.). **Diagnóstico socioeconômico dos sistemas básicos de produção familiar rural do Estado do Acre (ASPF) - período 1996/2006**. Rio Branco: ABEU, 2010. 151 p.
- _____. **Ilhas de alta produtividade: Inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 98 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 51-69, 8 abr. 1997.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.
- PEREIRA, M. F. Política agrícola brasileira e a pequena produção familiar: heranças históricas e seus efeitos no presente. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 6, n. 3, 2010.
- RÊGO, J. F.; COSTA FILHO, O. S.; BRAGA, R. A. da R. (Eds.). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre - 1996/1997**. Rio Branco: UFAC/SEBRAE/The Ford Foundation, 2003. 80 p.
- SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, set./dez. 2001.
- SERVIÇO E APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ACRE - SEBRAE. **Diagnóstico social, produtivo e econômico do Açaí nativo do Município de Feijó-AC**. Rio Branco: SEBRAE-AC, 2014.
- SILVA, G. M. **Mapeamento da cadeia produtiva da polpa de açaí na área 3 da zona de atendimento prioritário do governo de estado do Acre, localizada na Br-364, entre os municípios de Manuel Urbano e Feijó**. Rio Branco, 2011.
- SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo: Hucitec, 1981. 210 p.
- SOUZA, E. F. **Os polos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade**. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.
- STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.
- WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: ANPOS, out. 1996.

Recebido em 10/06/2014. Liberado para publicação em 03/11/2014.